

## CAPÍTULO 12

# ESCUA COMUNITÁRIA SOBRE DIGNIDADE HÍDRICA E SANITÁRIA: relato de experiência

---

**Norma Valencio**

**Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)**



## RESUMO

Esse texto é um sintético relato de experiência de uma atividade de extensão ocorrida no município de Petrópolis em abril de 2024. Foi uma oficina, propiciada pelo Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis-UCP para escutar a comunidade local sobre suas preocupações e demandas acerca dos desafios em garantir sua dignidade hídrica e sanitária em contexto da vida cotidiana e em contexto de desastres relacionados às chuvas, os quais são muito frequentes e graves na região.

**Palavras-chaves:** Petrópolis; tempestades; deslizamentos; desastres; escuta comunitária.

## ABSTRACT

This content is a brief report of the experience of an extension activity that took place in the municipality of Petrópolis in April 2024. It was a workshop, provided by the Department of Psychology of the Catholic University of Petrópolis-UCP to listen to the local community about their concerns and demands regarding the challenges in guaranteeing their water and sanitary dignity in the context of everyday life and in the context of disasters related to rain, which are very frequent and serious in the region.

**Keywords:** Petrópolis; storms; landslides; disasters; community listening.

## INTRODUÇÃO

No estado do Rio de Janeiro, a Região Serrana tem sido a mais severamente castigada por episódios de precipitação pluviométrica intensa e concentrada e, nela, o município de Petrópolis tem se destacado pelo modo como esses sucessivos eventos extremos pegam a população local desprevenida, especialmente aqueles grupos sociais mais vulneráveis socioeconomicamente. Ou melhor dizendo, é a conjunção entre as condições estruturais de pobreza, a inefetividade das políticas assistenciais adaptativas levadas a cabo e os desajustes e insuficiências dos infrasistemas de saneamento básico disponíveis – aí visto nos seus quatro componentes, a saber, água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos – aquilo que torna a temporada das chuvas uma preocupação constante para os petropolitanos.

Um quadro psicossocial de ansiedade coletiva se faz notar ali. Em parte, isso é devido à inviabilidade da população local, sobretudo dos desfiliaados sociais, de ser escutada pelo ente público quanto à sua concepção do problema. Ou seja, ter os seus recursos de voz considerados válidos, uma vez fundamentados na experiência prática em lidar multidimensionalmente com os desafios da associação entre as circunstâncias ambientais adversas e as condições estruturais de desvalor social. Noutra parte, isso se deve ao fato de que a *racionalidade tecnopolítica* preponderante na máquina pública (Habermas, 2010) produz explicações fragmentadas do mundo, setorializando-as em compartimentos burocráticos pouco comunicantes entre si, e ajustando-as a processos organizacionais/operativos que dificultam a viabilização de ações protetivas efetivas aos quem delas necessitam.

Portanto, os desastres recorrentes ali vivenciados resultam de uma tríade de desvalimentos – de natureza socioambiental, socioeconômica e sociopolítica – que constitui um *campo* (Bourdieu, 1989) no qual há disputas entre forças assimétricas. Essa tríade aponta para a necessidade de se integrar discussões acerca

das dinâmicas atmosférico/climáticas com aquelas relacionadas ao campo do trabalho/emprego, da habitação popular e das questões urbano-ambientais regionais contemporâneos no intuito de desvelar algo que as transcendem, isto é, a inobservância de garantia à dignidade humana dos cidadãos locais.

Aspectos fundamentais da dignidade humana são aqueles que dizem respeito à viabilização de cuidados com o corpo físico, com o ambiente ao redor e com a boa qualidade das interações sociais, de parte a parte, de modo a expressar o bem-estar do sujeito e do *locus* onde vive, frequenta e se relaciona. A alguns destes aspectos atribuímos, respectivamente, os qualificativos de dignidade hídrica e dignidade sanitária.

Ao conceito *strictu* de dignidade, há relativo consenso em desvinculá-lo, ainda que custosamente frente aos pruridos das camadas abastadas e poderosas da sociedade, do viés de *status* (casta, classe, raça etc.) para defini-lo, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948, como algo de caráter universal e inviolável. A base da referida declaração, no seu artigo primeiro de direitos fundamentais, registra que “*todos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*”. No concernente à dignidade humana, a vida social e a interna são mutuamente constitutivas e dinâmicas, uma vez que dizem respeito, respectivamente, ao entendimento do sujeito como ser-no-mundo e à sua subjetividade. No referente à sua situacionalidade, dignidade implica num valor essencial, com primazia em relação a quaisquer disputas, e num exercício de interação social no qual as partes tenham espaço para expressar o seu livre-arbítrio e, portanto, autonomia para escolhas pessoais que respeitem a dignidade do Outro. No que tange à subjetividade, que integra a experiência do viver com as elaborações racionalizadas e o universo das emoções, a dignidade se expressa por meios da arquitetura identitária, que produz repertórios específicos de práticas, crenças e valores, os quais ancoram – social, econômica, moral, política, física e simbolicamente – a vinculação do sujeito ao mundo vivido. Essencialmente, o acesso à água e ao saneamento básico são pilares dessa *segurança ontológica* (Giddens, 1991).

O direito à água e ao saneamento vem tendo espaços cada vez mais consolidados nos debates multilaterais. É de se destacar o esforço das Nações Unidas neste assunto, não apenas para dar visibilidade ao tamanho do problema, na escala global e frente aos preocupantes cenários de mudanças climáticas – com 3.6 bilhões de pessoas sofrendo pelas precárias condições de saneamento ao redor do mundo, 1.4 milhões de mortes atribuídas a serviços inadequados de higiene e projeção de até 2.4 bilhões de pessoas vivendo em contexto de escassez hídrica até o ano de 2050 (Nações Unidas, 2023) –, mas também as advertências de sua Relatoria Especial no assunto. Esta última adverte que tanto as especificidades dos grupos sociais mais vulneráveis merecem prioridade na política dos financiadores – tais como mulheres, pessoas com deficiência e povos indígenas (Nações Unidas, 2016) – quanto a compreensão de que o acesso à água, como um fator de dignidade humana, está acima de interesses públicos ou de mercado (United Nations, 2021). Em outras palavras, a dignidade sanitária ampliada conecta dimensões objetivas e subjetivas da vida do sujeito (Figura 1).

Ainda no âmbito multilateral, o Brasil assumiu compromissos de espraiamento da dignidade hídrica e sanitária através de um esforço de atingimento de sub-Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 6, dentre os quais se destacam:

“(6.1) alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos até 2030; (6.3) melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente até 2030 e (6.6; 6.6b) proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos e apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento”.

## Dignidade sanitária ampliada...



**Figura 1** Conectividade entre a dignidade humana, água e saneamento básico.

Seriam eles viáveis?

Para sabê-lo, conviria abrir espaços polifônicos de discussão.

No presente texto, dedicamo-nos a expor aspectos de uma visão comunitária petropolitana sobre o assunto, embasada pelo contexto local de vivência e de crises agudas enfrentadas. Relatamos a experiência de como se processou essa escuta comunitária, deflagrada por um projeto de extensão – o de oferta de oficinas sobre dignidade hídrica e sanitária – coordenado pela autora junto ao Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, o qual visou subsidiar um projeto de pesquisa sobre a consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em contexto de desastres. A oficina presencial que aqui destacamos foi, ainda, viabilizada – através dos esforços de divulgação, de registro das inscrições, de disponibilização de instalações e de equipamentos –, pelo Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis -UCP e ocorrida no mês de abril de 2024.

## ANTECEDENTES

Ao elaborar um projeto de extensão para a consecução de oficinas, remotas e presenciais, no tema “*Dignidade Hídrica e Sanitária: desafios cotidianos e no contexto de desastres*”, a autora procurou estabelecer contatos e procurar espaços que viabilizassem essa atividade.

Duas oportunidades surgiram. Uma delas, presencial, deu-se na Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, em agosto de 2023, e outra através de oferta remota, em fevereiro de 2024. Muitos dos autores que fazem parte da presente coletânea foram participantes de uma destas iniciativas, as quais foram divulgadas, interna e externamente, pela Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da UFSCar assim como por meio de redes sociais de membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Ciências Ambientais (DCAm) da UFSCar.

Embora, na iniciativa presencial local, em agosto de 2023, tivesse havido uma baixa adesão à oficina, com menos de 10 inscritos, houve interesse do público-alvo acima da expectativa quanto à atividade remota realizada em fevereiro de 2024. Obteve-se 105 inscrições, número cinco vezes maior do que o público esperado (20 inscritos esperados). Os que efetivamente participaram, fazendo-o através de inscrição prévia, constituíram um conjunto de 38 indivíduos (aproximadamente, o dobro do esperado). Ou seja, pessoas se inscrevem para, após isso, avaliarem se aquela oportunidade se coaduna com a sua agenda e em qual grau de prioridade. Dos 38 indivíduos que efetivamente participaram, houve variedade em seus vínculos institucionais – embora, sobretudo, oriundos majoritariamente do setor público –, campos de formação/atuação, municípios ou Unidade Federativa de origem bem como em seu estágio de formação profissional/científica (do superior incompleto ao doutorado completo), o que nos deu a dimensão do amplo espectro social interessado pelo tema bem como de quão oportuna foi a iniciativa em abordá-lo.

No concernente ao vínculo institucional dos participantes – tivessem sido eles docentes, pesquisadores formados ou em formação de pós-graduação (mestrado ou doutorado em andamento) ou discentes de graduação –, mencionamos os que seguem pelas siglas institucionais. Afora o público da própria UFSCar e participante sem vínculo, identificamos participantes oriundos de sete diferentes UFs (a saber: SP, RJ, PR, GO, SC, BA e MG) e vinte instituições (a saber: UFF; CEMADEN/MCTI; INPE/MCTI; ESALQ; CBMERJ; IFSC; Defesa Civil-GO; IFRJ; UFSC; CAT (Centro Agroecológico Tamanduá); IFPR; EESC/USP; SE-SI-SP; MP-RJ; SMS-RJ; FIOCRUZ-MG; UNESP; EMBASA/BA; UFBA; Secretaria Municipal de Saúde de Petrópolis-RJ). No referente aos campos de conhecimento/área de atuação dos participantes, identificamos nove deles, conforme segue: Serviço Social; Gerontologia; Defesa Civil/Gerenciamento de Desastres/Bombeiros Militares; Ciências Ambientais; Engenharias (Civil, Sanitária, Ambiental); Agroecologia; Saúde (da Medicina à, especificamente, Atenção Básica); Direito (Promotoria Pública) e Ciências Sociais. Isso aponta para o quanto esse tema da dignidade hídrica e sanitária é mobilizador tanto em termos do interesse nacional pelo assunto quanto dos campos de conhecimento que ao mesmo se sentiram conectados. Tais iniciativas nos deram alento para replicarmos essa experiência diante qualquer sinal alvissareiro que porventura surgisse.

E, de fato, surgiu, através das muitas generosas mediações que a Dra. Samira Yunes-Ibrahim e o gestor de saúde petropolitano Luiz Henrique de Sá fizeram junto à Universidade Católica de Petrópolis/UCP, especificamente junto ao Departamento de Psicologia, para que acolhessem essa proposta de oficina em formato presencial. E lograram êxito na interlocução institucional, assaz acolhedora. Fornecendo-nos o apoio em divulgação, logística de inscrições, disponibilização de instalações e de equipamentos e materiais, a UCP abriu as suas portas para essa iniciativa, nessa terceira experiência de discussão sobre o assunto. No que isso resultou, veremos em seguida.

## **OPORTUNIDADES E OBSTÁCULOS À DIGNIDADE HÍDRICA E SANITÁRIA NO CONTEXTO PETROPOLITANO**

A oficina sobre dignidade hídrica e sanitária foi oportunamente incorporada como atividade no âmbito do Seminário “*Psicossociologia dos desastres: pesquisas, ações e relatos*”, ocorrido em 03 de abril de 2024, no auditório da Universidade Católica de Petrópolis-UCP. O referido seminário foi uma iniciativa conjunta da Secretaria Municipal de Saúde de Petrópolis (SUS), da Rede de Psicologia de Emergências e Desastres -RJ e do DCAM-PPG-CAM/UFSCar. A atividade foi aberta ao público em geral e ofertada de forma gratuita. O deslocamento da coordenadora deu-se com recursos de projeto de pesquisa apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As providências de divulgação, recebimento de inscrições, disponibilização de instalações e equipamentos de projeção assim como de emissão de certificados ficou ao encargo da UCP.

Na ocasião desta oficina presencial, houve a presença de, aproximadamente, 40 participantes – eminentemente oriundos do campo da Psicologia, além de lideranças comunitárias, profissionais do Serviço Social, operadores do Direito e agentes de Segurança Pública –, os quais geraram insights que estão, em grande medida, expressos no conteúdo do presente *e-book*.

Para dinamizar as discussões abertas dos participantes, fizemos uma reflexão preliminar sobre achados precedentes de pesquisa, de base documental e de campo, sobre a precariedade sanitária estrutural em que vivem diferentes grupos sociais e comunidades no país, além daquelas específicas ao contexto de desastre. Estatísticas e fotodocumentação embasaram esta exposição, a qual visou esboçar um quadro de referências para deflagrar a discussão coletiva.

Feito isso, solicitamos aos participantes que externassem as dimensões do problema que lhes parecessem relevantes, basea-

dos em sua própria experiência de vida. Diferentes participantes destacaram, com a anuência dos demais, quatro dimensões consideradas cruciais, a saber: a dimensão ambiental, a comportamental, a estrutural (de investimentos públicos) e a de manutenção (serviços públicos).

A dimensão ambiental referiu-se à preocupação com a constância e intensidade das precipitações pluviométricas, exigindo medidas preparativas inadiáveis, tais como a dragagem antecipada dos mananciais superficiais para superar o estágio de assoreamento crônico em que, até então, se encontravam. Portanto, as providências institucionais, através deste tipo de intervenção no território, precediam a preocupação com a chegada de eventos atmosféricos ou climáticos regulares ou atípicos e a negligência do ente público em fazê-lo causava temor comunitário, com o coletivo expressando se sentir desatendido.

O aspecto supramencionado se articulou diretamente à dimensão estrutural e de manutenção, quanto aos novos investimentos e qualidade dos serviços públicos prestados. A ausência de emprego de tecnologias de economicidade quanto à água potável, coleta e tratamento de esgoto, armazenamento de águas pluviais foi um dos aspectos destacados pelo coletivo. Ao lado disso, enfatizaram o campo de forças ao redor do acesso à água no abastecimento doméstico, no qual a concessão deste serviço público ao mercado estaria orientada ao lucro, forçando as camadas economicamente mais vulneráveis a aderirem a soluções à margem, como através de abastecimento próprio por via de poços, cuja potabilidade hídrica era duvidosa. Uma política mais efetiva de subsídios sociais para acesso à água potável foi destacada pelo grupo.

A qualidade da limpeza urbana também foi foco de discussão, sobretudo quando, no período chuvoso, os bueiros recorrentemente se encontravam entupidos, contribuindo para as inundações. A coleta de resíduos sólidos foi mencionada como algo de ocorrência irregular e insatisfatória, sendo um dos motivos de acúmulo de lixo que promoviam problemas na drenagem urbana.

Ademais, o abandono de animais domésticos, como cães e gatos, fazia com que estes revirassem esses resíduos para saciar a sua fome, contribuindo para a dispersão e contaminação ambiental e atração de vetores de doenças e animais peçonhentos, como ratos e escorpiões. Assim, um esforço de interoperabilidade setorial estava sendo requerido pelo coletivo, para que a melhoria de gerenciamento de resíduos sólidos promovesse a melhoria da drenagem urbana e, ainda, que uma política de vigilância sanitária/de zoonoses viabilizasse não apenas a castração de animais domésticos abandonados, mas a sensibilização comunitária para acolhê-los e protegê-los.

Outro aspecto mencionado, foi o do vazar da implementação de soluções habitacionais seguras aos residentes inseridos em territórios suscetíveis a inundações e escorregamentos de massa. Aos mapeamentos feitos, não correspondia esforço equivalente em materializar moradias condizentes, diziam-no. Por fim, no caso de perigo iminente relacionados às chuvas, demandavam a melhoria dos pontos de apoio existentes a fim de que os moradores da localidade se sentissem efetivamente motivados a acorrer a eles para se sentirem mais protegidos. A estrutura de tais pontos de apoio era vista como muito precária e nada convidativa.

A dimensão comportamental voltou a enfatizar os bueiros obstruídos, mas não apenas quanto ao acúmulo de resíduos, mas pela atitude usual de (ainda) se jogar lixo no chão, ao invés de destiná-lo aos recipientes adequados. Campanhas de conscientização dessa relação comportamental com seus efeitos deletérios no escoamento superficial, especialmente durante o período chuvoso, foi assinalado pelo grupo. Campanhas e apoio público para medidas descentralizadas e domésticas de captação das águas pluviais também foi sinalizado, tal como a de redução de impostos para áreas propícias à infiltração das águas das chuvas, desde quintais e jardins aos telhados conectados a cisternas. Por fim, mas não menos importante, o coletivo mencionou que as comunidades locais mais vulneráveis socioeconômica e habitacionalmente seriam aquelas mais estressadas emocional-

mente pela emissão indiscriminada de alertas diante a iminência de chuvas fortes. Já não bastava as preocupações próprias dos membros destas comunidades diante tais circunstâncias ambientais adversas, sem meios materiais suficientes para uma autoproteção adequada, tinham que abandonar todas as suas rotinas e atender ao alerta, por vezes, de modo injustificável. Assim, uma discussão aberta dos técnicos com a população local acerca dos parâmetros utilizados para esse acionamento, ao lado da melhoria dos pontos de apoio e do apoio à melhoria das moradias construtivamente precárias foi colocado em pauta.

Todos esses tópicos levantados na discussão apontaram para o quão relevante é propiciar espaços de escuta polifônica comunitária, tanto pela diversidade de aspectos trazidos à baila quanto pelo encadeamento que o coletivo pode fazer entre eles a partir da experiência de vida e agruras enfrentadas.

## CONCLUSÕES

A dignidade humana não está apenas sob o controle dos sujeitos que ambicionam conquistá-la ou restituí-la e, em ambos os casos, preservá-la. Em grande medida, no contexto brasileiro de injustiças socioambientais, o controle do processo que permite expressá-la – como condição do sujeito ou circunstância ambiental ou qualidade de interações sociais, econômicas e políticas – está sob domínio alheio e, por vezes, antagônico a estes.

Trata-se, por um lado, do controle das forças institucionais sobre o sujeito comum através da produção, nas entranhas do Estado, de tessituras organizacionais e dispositivos operacionais e de relacionamento hierarquizados e cristalizados que obstaculizam, mais do que favorecem, o atendimento ao cidadão naquilo que colabore para a garantia de seus mínimos vitais e sociais (Agamben, 2004; Bourdieu, 2014). São as instituições extrativas, que perenizam o atendimento de interesses corporativos ao custo da espoliação social (Acemoglu e Robinson, 2012) assim como. É nisso que está o cerne da recorrente e difusa vocalização

popular: “*fomos esquecidos*”. De que esquecimento se trata, senão do abandono sistemático dos empobrecidos tanto em tempos ditos de *normalidade* quanto naqueles ditos de *desastre*? No primeiro, há a temporalidade social que produz a naturalização das desigualdades sociais enquanto no segundo transcorre a crise aguda, que se torna crônica quando as soluções recuperativas são apresentadas a conta-gotas, sob lutas, protestos e silenciamentos comunitários, na contramão do ambiente político democrático, de validação do ativismo ambiental (Beck, 2018), o que não faz senão prolongar o sofrimento dos grupos sociais mais duramente prejudicados nos desastres.

Por outro lado, o controle externo dos subcidadãos está nas chamadas forças de mercado, esse *sujeito sem face* (Giddens, 1991) que opera de modo a inviabilizar que aqueles tenham condições de adquirir, por seus próprios meios, as mercadorias (produtos e serviços) para propiciar a sua autoproteção física e espacial diante eventos ameaçantes severos ou extremos com os quais venham a se deparar. A começar pela inviabilidade de acesso a uma moradia sólida e em terreno considerado seguro contra intempéries.

Em termos gerais, pode-se dizer que o coletivo que refletiu sobre a dignidade hídrica e sanitária metropolitana apontou, em última instância, para uma aspiração de ver concretizado, no mundo sensível, uma ética socioambientalmente integrativa. Isso se daria através de cuidados mais intensos com os mananciais superficiais e subterrâneos, na preservação da integridade dinâmica destes, em termos ecológicos (fauna, flora, terra, água e ar), bem como na compreensão do ciclo hidrológico transescalar no qual estão imbricados. Tanto os infrasistemas e serviços de abastecimento hídrico quanto os de coleta e despejo de esgoto, de manejo de resíduos sólidos e de drenagem urbana necessitariam estar sintonizados com essa ética socioambientalmente integrativa para, então, virem a se coadunar com políticas públicas, a serem elaboradas em ambientes participativos, dedicadas a cuidar de corpos e mentes, vidas e trânsitos numa cidade mais

coaduna com a Era das Incertezas e, ainda, assim, mais esperançosa em sua resiliência.

**Agradecimentos** – N.V. agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, processo 2022/09136-1, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Bolsa de Produtividade, processo 316828/2023-8, ao Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis-UCP pelo apoio à viabilização desta atividade de extensão bem como à Proex-UFSCar, processo 23112.011119/2024-21. A autora agradece, ainda, ao gestor da Proteção Básica em Saúde da Prefeitura Municipal de Petrópolis, Luiz Henrique Sá e à Doutora Samira Younes-Ibrahim, da Rede Psicologia de Emergências e Desastres, RJ por terem feito a mediação junto à UCP e a lideranças comunitárias viabilizando essa atividade. Por fim, a autora agradece a todas/os/es participantes da referida oficina por suas valiosas discussões e contribuições, particularmente às pessoas mais ativas nos debates, a saber: Cláudia Renata Ramos, Cristina Rosário de Oliveira, Ester Ribeiro Kawakami, Francisco José Fassano César e Maria Prevot.

## REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D.; Robinson, J.A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty**. London: Profile Books Ltd, 2012.
- Agamben, G. **Estado de exceção. Homo Sacer, II, I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- Beck, U. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- Bourdieu, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- Bourdieu, P. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Giddens, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- Habermas, J. **Técnica e ciência como ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

Nações Unidas. A/71/302. **Promoción y protección de los derechos humanos: cuestiones de derechos humanos, incluidos otros medios de mejorar el goce efectivo de los derechos humanos y las libertades fundamentales.** Léo Heller. 2016. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n16/250/66/pdf/n1625066.pdf> Acesso em: 27 ago 2019.

Nações Unidas. 2023. **A/78/253: Report of the Special Rapporteur on the human rights to safe drinking water and sanitation, Pedro Arrojo Agudo – Water as an argument for peace, twinning and cooperation.** 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a78253-report-special-rapporteur-human-rights-safe-drinking-water-and> Acesso em: 23 jul 2024.

United Nations. United Nation Human Rights. Office of the High Commissioner. **A/76/159: Risks and impacts of the commodification and financialization of water on the human rights to safe drinking water and sanitation – Note by the Secretary-General.** 2021. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/a76159-risks-and-impacts-commodification-and-financialization-water> Acesso em: 14 jan 2024.